

O ensino da Psicologia no século XIX na cidade de São Paulo*

Marina Massimi

Instituto de Psicologia, USP, SP

Depto de Psicologia e Educação

USP, Ribeirão Preto

RESUMO

O objeto do trabalho é a Psicologia transmitida e elaborada em instituições de ensino da cidade de São Paulo no século XIX (até 1870). O material documentário, levantado nos acervos de tais instituições e considerado interessante para o tema da pesquisa foi consultado, reproduzido ou transcrito, e selecionado, procurando-se identificar, entre outras coisas, sua importância e difusão na época.

Introdução

O ensino da Psicologia como disciplina autônoma foi oficializado no Brasil somente em 1892, mas a matéria era ministrada, ao longo do século XIX, inserida no contexto de outras cátedras, em várias escolas do País. Com efeito, a análise de programas, manuais e outros documentos relativos aos estudos desenvolvidos em algumas instituições escolares naquele período evidencia a presença significativa de conhecimentos psicológicos entre os conteúdos do ensino em cursos superiores e secundários.

Este fenômeno deve ser considerado e compreendido no contexto mais amplo da situação da educação e da cultura brasileira do século XIX, caracterizada pela fragmentação, pela dispersão e pela predominância da iniciativa privada.

De fato, a política educacional praticada na época visava descentralizar o ensino, e tal orientação se expressou no Ato Adicional à Constituição de 1834, que transferiu às Províncias toda a competência e a direção do ensino primário e secundário (exceção feita ao município do Rio de Janeiro, sede do Império). Esta tendência, por sua vez, refletia um processo centrífugo mais amplo, presente na história política brasileira e que dependia, de um lado, do tipo de dominação colonial imposta por Portugal e, de outro, da extensão e das características do território nacional. A Metrópole impediu, na época colonial, o contacto direto entre as várias regiões e capitanias, dificultando,

(*) Auxílio FAPESP

através de medidas severas, a construção de estradas, redes de transportes e comunicações inter-regionais. Mesmo após a Independência, persistiu a tradição da fragmentação, fato documentado pelas frequentes revoltas insurrecionais da época e pela presença de medidas descentralizadoras na jurisdição nacional, com transferência do poder político, administrativo e até militar para as oligarquias regionais.

As características desse panorama histórico insinuam a conveniência de um estudo das realidades setoriais da Nação, dadas suas peculiaridades e relativa autonomia em relação ao conjunto do País. Entre elas, São Paulo era considerada, no século XIX, a cidade mais avançada na organização da instrução, conforme informa Moacyr (1936). Destaca-se desde então a existência da Faculdade de Direito, fundada em 1828, e da Escola Normal (1847), a circulação de uma interessante revista de inspiração neokantista (os *Cadernos de Filosofia*) e a presença, na cidade, de intelectuais seguidores desta doutrina, como Martim Francisco de Andrada e Silva (professor de um curso de Filosofia na primeira década do século XIX) e o padre Diogo Antonio Feijó (professor do curso de Filosofia no Colégio do Patrocínio de Itú entre 1818 e 1821). Uma importante influência cultural foi desenvolvida também pelos frades do Convento de São Francisco.

Esboçando um quadro retrospectivo da instrução pública em São Paulo e na Província, o Inspetor Geral, Diogo de Mendonça, escreve em um relatório de 1871: "Houve outrora na Província dois Liceus de instrução secundária: um gabinete tipográfico para formação de engenheiros de estrada; uma Cadeira de Teologia Moral e outra de Teologia Dogmática; numerosas aulas de ensino simultâneo de Latim e Francês; Escola Normal para habilitação de alunos-mestres; um Seminário para educação de órfãos desvalidos e preparação de artífices." (citado em: Tobias, 1972, p. 191).

O viajante suíço J.J. Tschudi retrata, em seus apontamentos de viagem, a situação cultural de São Paulo no ano de 1860, descrevendo as várias instituições presentes na cidade: a Faculdade de Direito, situada no mesmo edifício do antigo Convento de São Francisco, e a biblioteca anexa, dotada de cerca de "9000 volumes de obras jurídicas, históricas, filosóficas e enciclopédicas", e onde "a literatura contemporânea era representada quase que unicamente por obras de escritores franceses" (1980, p. 208); sociedades científicas, entre as quais destaca-se a Sociedade "Ensaio Filosófico Paulistano", filiada à Faculdade de Direito. Deve-se citar também o Novo Seminário, "fundado em 1856, dirigido por religiosos franceses, que possuía um corpo docente de "professores bastante cultos e experimentados no magistério" (1980, p. 210) e que era dotado de "um observatório, um pequeno museu de história natural e uma coleção de instrumentos destinados ao ensino da física" (1980, p. 210). Frequentada em 1856 por 50 alunos, a instituição passou a ter 200 alunos em 1858. Tschudi observa que vários colégios, em São Paulo, administram o ensino secundário para meninos e meninas, citando, dentre todos o Colégio Emulação, o Ipiranga, o Brasileiro, e o Ateneu Paulistano.

Não se pode esquecer que outras duas instituições escolares destacavam-se, em São Paulo: a já citada Escola Normal, fundada em 1847, e destinada à preparação do magistério; e a Escola Americana. A criação da Escola Americana, em 1870, por obra dos presbiterianos, constitui um marco na história intelectual paulista, assinalando o começo da penetração, na cidade, da cultura protestante norte-americana. Nos anos sucessivos (1873-74), foram anexados a ela um Curso Superior Normal e uma Faculdade de Filosofia, cuja organização inspirava-se nos moldes da Scientific School" do Delaware College.

Em suma, São Paulo, no século XIX, era uma "cidade provinciana", com uma "vida intelectual livre" e "orientação científica moderna" (Tschudi, 1980, p. 210), oferecendo um ambiente propício à agregação estudantil e ao estudo. Ela abrigava uma importante porção dos fragmentos doutrinários e das instituições representativas do saber acadêmico da época

Esse clima cultural receptivo dos novos interesses e propostas intelectuais constitui também um espaço favorável ao desenvolvimento do ensino e do estudo da "Psycologia", entendida não apenas em sua conotação tradicional de disciplina especulativa e filosófica mas também como recurso teórico-prático necessário ao bem-estar do indivíduo e da sociedade

A "Psycologia" nas Escolas de São Paulo:

A "Psycologia" na Faculdade de Direito.

O curso de Direito em São Paulo iniciou suas atividades em 1828 e foi, juntamente com o de Olinda, o segundo instituído no Brasil (1827), um ano após a instituição do curso superior de Direito no Rio de Janeiro. Com base no Regulamento de 1825, do Visconde de Cachoeira, o curso durava cinco anos e era precedido de um ciclo preparatório, chamado "Curso Anexo": tratava-se, na realidade, da continuação do Curso de Filosofia ministrado no Convento dos Franciscanos, existente desde o século XVIII. Entre as disciplinas preparatórias, figurava a "Filosofia Racional". Esta, segundo o legislador, "apura o entendimento e ensina as regras de discorrer, e tirar conclusões de princípios... Parte dela é, além disso, a arte crítica, que ensina a avaliar o quilate das provas, e conhecer onde se encontra a evidência moral, ou a certeza deduzida do testemunho por documentos e afirmações verbais; e a moral, ou ética, é como a base, ou antes o primeiro degrau para o estudo do direito natural" (Moacyr, 1936, p. 323). Por sua vez, o Direito Natural, ensinado no primeiro ano de curso, era também considerado matéria filosófica e, mais propriamente, o "conhecimento dos princípios philosophicos do direito" (Ramalho, Lessa, Monteiro e Pinto de Souza, 1897, p. 174).

No seio destas disciplinas, uma grande ênfase é dada ao conhecimento do comportamento humano e de suas causas naturais, como fundamento das ciências jurídicas. Nesse sentido, uma interessante justificação

do valor do estudo filosófico do ser humano, na formação do jurista, é fornecida por Avellar Brotero (1798-1873), um dos mais antigos professores da Faculdade de São Paulo e seguidor da doutrina sensualista: "Os princípios de Direito Natural, base essencial da Legislação, jamais podem ser aprendidos com aproveitamento e utilidade sem que primeiro se tenha uma leve noção do que é o animal homem. Não é o Direito Natural o mesmo dictame da razão concernente às ações humanas? São as ações humanas todas iguais? São as modificações do homem filhas do acaso, ou são filhas das suas necessidades e d'as suas paixões? E como ha de o jurista saber a razão das diferenças estabelecidas primitivamente na natureza do homem, sem que indague primeiro a sua organização? Como ha de conhecer os princípios da razão, e da moral, sem que primeiro conheça as bases invariáveis da formação das idéias; e como conhecer estas bases sem primeiro ter uma noção da construção do corpo humano, da razão, da variedade das sensações, e da influência que as circunstâncias phisicas tem sobre ellas? Como nos póde a razão dictar normas para procurarmos o bem ser do nosso próximo, quando a mesma razão ignora o que é a natureza humana, e como esta se póde aperfeiçoar?..." (1829, p. 114-115, nota de rodapé).

Nesse âmbito, o interesse pelo comportamento humano não é exclusivamente teórico, mas está relacionado à prática do Direito. O mesmo Avellar Brotero, por exemplo, baseia a desigualdade moral e jurídica entre os homens na desigualdade da organização sensorial. Um artigo publicado em 1853, em uma revista produzida por alunos e professores dessa Faculdade, trata da relação entre o desenvolvimento da consciência infantil e a imputabilidade criminal (Guanabara, 1853).

Se, como informa uma **Exposição Histórica** de 1897, as aulas do curso eram baseadas na "explicação das matérias do compêndio" (Ramalho e colaboradores, 1897, p. 175), então a análise dos conteúdos dos manuais da época, conservados na Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo evidencia que a "Psychologia" constituia uma parte, às vezes muito extensa, das "Ciências Philosophicas" elaboradas e ensinadas nessa escola.

A leitura de manuais e livros de "Philosophia", utilizados pelos alunos, permite reconstituir a evolução do ensino de conhecimentos psicológicos nessa Faculdade.

Antes de mais nada, tais documentos são elaborados por diferentes categorias de autores. A primeira abarca os professores da Faculdade de Direito que escreveram compêndios explicitamente destinados aos estudos dos alunos ou coletâneas de lições ministradas nos cursos. É o caso, entre outro, de J. M. de Avellar Brotero, autor dos **Princípios de Direito Natural** (1829), que lecionou nessa Faculdade desde 1827 até 1871 - e de Francisco de Mont'Alverne (1784-1858), cujo **Compêndio de Philosophia** (1859) contém as lições por ele ministradas em 1813, no curso de Filosofia dos Franciscanos (posteriormente transformado em Curso Anexo). As **Noções de Philosophia** (1877) do professor C.M. Galvão Bueno (1834-1885), constituem também um registro sucessivo de

aulas acadêmicas dadas a partir de 1867. Vários desses docentes lecionaram "Philosophia Racional e Moral" também em outras escolas da cidade de São Paulo.

Outra categoria de autores de compêndios - usados na Faculdade de Direito de São Paulo - é a dos intelectuais brasileiros que desenvolveram funções docentes em outras instituições e cidades e cujas obras tiveram ampla difusão no território nacional. Assim, pode-se citar D.A. Feijó (1784-1843), professor em Itú desde 1811 até 1818 e autor dos **Cadernos de Filosofia**, editados em 1967; Moraes Valle (1824-1886), docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e autor de **Elementos de Philosophia** (1851); frei A. da V.M.Itaparica, de Bahia, redator do **Compêndio de Philosophia Elementar** (1852); J. Soriano de Souza (1833-1859), professor em Recife e autor das **Lições de Philosophia Elementar** (1871) e do **Compêndio de Philosophia** (1867).

Uma terceira categoria de autores estudados na Academia paulista é constituída por estrangeiros, cuja obras foram traduzidas em língua portuguesa, como o empirista italiano A. Genovesi (1712-1769), autor de **Elements de Metaphisque** (1743) e **Lezioni di Logica** (1773), traduzidas respectivamente em 1835 e 1850, e o francês E. Geruzez (1799-1865), autor do **Cours de Philosophie** (1833), traduzido em 1854.

Uma última categoria de autores compreende uma gama de intelectuais estrangeiros, cujos textos, na língua original, são citados amplamente nos trabalhos de alunos e professores dessa Escola. Entre eles, o francês eclético Ph. Damiron (1794-1862), autor de um **Cours de Philosophie** (1837) cujos dois primeiros volumes são dedicados à Psicologia (totalizando respectivamente 342 e 348 páginas). Outro filósofo francês citado é P. Laromiguière (1756-1837), autor de **Leçons de Philosophie sur les Principes de l'Intelligence** (1844).

Os tipos de conhecimentos psicológicos, considerados na disciplina filosófica e contidos nesses textos, variam muito ao longo do tempo e entre os autores. É possível reconstruir tais doutrinas principalmente a partir da leitura das secções dos textos citados, geralmente denominadas "Psychologia".

Em uma primeira fase, que abrange as primeiras três décadas do século XIX, predomina uma Psicologia Filosófica inspirada, por um lado, na escola sensualista francesa de Cabanis, Condillac, D'Holbach (por exemplo, em Avellar Brotero) e, por outro, no empirismo moderado de Genovesi. Percebe-se também a presença da orientação filosófica kantiana nos **Cadernos de Feijó** e nos manuscritos de Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Silva, o já nomeado professor de Filosofia em São Paulo, em época anterior à fundação da Faculdade (Reale, 1976). Nos **Cadernos**, aborda-se a "Antropologia Racional", ou seja a Filosofia considerada sob o ponto de vista subjetivo. Tal estudo é propedêutico ao de Lógica e de Teoria do Conhecimento.

Posteriormente, por volta de 1840, passa-se ao ecletismo espiritualista, introduzido no Brasil por Francisco de Mont'Alverne e baseado na

filosofia do francês V.Cousin(1729-1867). Este movimento apresenta-se como síntese dos sistemas anteriores, superando o exclusivismo que os caracterizava. Segundo tal visão doutrinária, a Psicologia constitui-se o fundamento das disciplinas filosóficas, o que justifica o interesse e o espaço dedicados à mesma pelos compêndios inspirados nessa escola.

Uma terceira etapa nessa evolução do ensino da Psicologia Filosófica na Faculdade de Direito é representada pela obra de C.M. Galvão Bueno que, desde 1867, ministrava aulas de Filosofia inspiradas no sistema de K.C.F. Krause(1751-1831). Esta doutrina era uma versão espiritualista do idealismo clássico alemão, embebida de ideais sociais e políticos do humanitarismo maçônico. Na academia paulista, outro seguidor do Krausismo era o professor João Theodoro Xavier de Mattos, autor, entre outras obras, de um artigo crítico sobre a teoria das origens das idéias de Laromiguière (1852), no qual evidencia-se o interesse pelos assuntos de Psicologia.

O já citado compêndio de Galvão Bueno, *Noções de Philosophia*, de 1877, representa, nas palavras do autor, uma exposição sistemática, explicativa e completa do Krausismo, "após dez anos de explicação oral"(1877, p.II). Uma parte bastante extensa do texto (da pagina 72 à página 290), é dedicado à "Psychologia". Esta é dividida em "Psychologia Experimental", ou "Histórica" e "Psychologia Racional" ou "Especulativa", sendo a primeira caracterizada pelo método analítico e a segunda, pelo método sintético. As duas "sciências" são independentes "mas é necessário não suppor, como querem alguns auctores, que a psychologia experimental abrange a psychologia toda, e que o methodo de observação e de indução sejam os únicos aplicáveis ao estudo da alma"(1877, p.98-99).

A presença dos tratados do filósofo católico José Soriano de Souza, nos acervos da Faculdade de Direito, faz supor também a existência de uma influência tomista no saber elaborado e transmitido pela Faculdade, influência essa que será explicitada, nos anos posteriores a 1870, pelo professor João Mendes de Almeida Junior, que se ocupou da Psicologia relacionada á prática do Direito.

A presença do pensamento positivista na escola jurídica paulista também torna-se-á mais evidente a partir dos anos 70 e será representada por Pedro Lessa e Luís Pereira Barreto, este último autor da primeira obra fundamental do pensamento comtiano no Brasil, cujo primeiro volume foi publicado no Rio de Janeiro em 1874 (*Três Filosofias*).

A "Psychologia" na Escola Normal.

A criação da Escola Normal em São Paulo, em 1846, visava a formação de um corpo docente mais competente e especializado. Com efeito, em São Paulo, os professores de escola primária eram pouquíssimos e enfrentavam

problemas acerca dos métodos educativos, como mostra uma carta redigida em 1836 pelos dois únicos professores primários existentes na cidade na época, Bento José Pereira e Carlos José da Silva Telles. Dirigindo-se aos membros da Assembléia Legislativa da Província de São Paulo, eles pedem a permissão para usar castigos físicos nas escolas, porque os meninos são inacessíveis a outros tipos de estímulos, por exemplo "a esses estímulos de honra e emulação, que muitos belos em teoria, nos deixam ver na prática os mais tristes resultados" (citado em Bauab, 1972, p. 29).

A Escola Normal de São Paulo, criada desde 1846 (Lei n. 310 da Província de São Paulo), destinava-se, inicialmente, a alunos do sexo masculino, e era instalada numa sala de um edifício contíguo à Catedral da Sé. Seu diretor e único docente na época era o professor Manoel José Chaves, bacharel em Direito e professor catedrático de "Philosophia e Moral" no Curso Anexo à Faculdade de Direito. Informações acerca do programa e dos métodos de ensino ali seguidos estão no Relatório do Diretor da Escola J.M.Chaves de 1852. Entre as disciplinas ensinadas, estão a "Lógica" e "Aplicação dos métodos ao ensino primário". Chaves descreve também os conteúdos ensinados e os manuais utilizados. Quanto à Lógica, ele afirma basear suas aulas nas Lições de Lógica de Genovesi, editadas em língua portuguesa em 1850. Em relação à outra disciplina, é utilizado o Discurso do Método de Descartes.

Apesar da competência e da boa vontade de seu diretor, nos primeiros anos de existência a Escola produziu escassos resultados. Em consequência, a Escola Normal foi extinta em 1866, retomando suas atividades somente em 1875. A reabertura enquadrava-se no contexto de um plano de desenvolvimento do nível intelectual da população, como explicita, em seu discurso inaugural, o Presidente da Província, J. Theodoro Xavier de Mattos. "(A Escola) será, pois, um centro de luz viva da sciencia, irradiando-se por toda a província e penetrando por todas as camadas populares" (citado em Rodrigues, 1930, p. 78). A causa principal desse progresso seria o aperfeiçoamento do método de ensino: "Para tão esplendida victoria contribuirá efficazmente o methodo do ensino, primeira força da instrução particular e pública." (1930.p.79). Para realizar tal objetivo, será preciso buscar, -segundo Xavier de Mattos-, na experiência de outras nações mais evoluídas, os modelos a serem aplicados à realidade brasileira.

Em relação a essa fase da história da instituição, encontram-se, no Arquivo de Estado e no Museu Pedagógico da atual Escola Caetano de Campos em São Paulo, alguns documentos interessantes acerca do ensino da Pedagogia. Em tais documentos, são abordados vários tópicos de Psicologia: de fato, se o objetivo da Pedagogia é a direção e a educação das "faculdades da alma", a função da Psicologia é conhecer sua natureza e funcionamento, sendo uma disciplina complementar à outra.

A partir da premissa que "ensinar é dar direção a todas as faculdades que são nativas do Homem", o aluno Correa de Amaral aborda o estudo das três

faculdades do ponto de vista evolutivo: as físicas, as intelectuais e as morais, e afirma que "daqui originão-se os três ramos da educação: educação physica, educação intellectual e educação religiosa" (1875, p.1). Bonfim Soares (1876, p. 1), dentre outros, enfatiza a necessidade de estudar as faculdades intelectuais não apenas "debaixo do ponto de vista pedagógico, como também psychológico".

Os programas da disciplina pedagógica para a Escola, propostos pelos professores P.Valle (em 1875) e Trigueiro (em 1876), parecem elaborados com base nesta visão da educação relacionada às faculdades psíquicas do ser humano, abordando, além disso, tópicos psicológicos como os métodos de ensino e aprendizagem e o uso de prêmios e punições na escola.

O projeto da lei de 1892 introduz no ensino da Escola Normal de São Paulo as cadeiras de "Psychologia" e "Lógica", no quarto ano de curso. O programa de "Psychologia" realizado no ano de 1893, compreende o estudo do conceito geral de Psicologia, aplicada à Pedagogia e à Moral; da atividade e do movimento; das faculdades intelectuais e morais; e da vontade.

A "Psychologia" no Seminário Episcopal de Sant'Ana.

O Seminário Episcopal de Sant'Ana, ou Seminário da Luz (nome do bairro em que se localizava), foi criado pelo Bispo Dom Antonio Joaquim de Mello, em 1856. O curso de formação sacerdotal era dividido em duas partes: uma, preparatória, compreendida, entre outros, o ensino de Filosofia, Retórica e Humanidade, enquanto o superior ocupava-se especialmente de Teologia.

Através dos programas de estudos e dos livros da época conservados na Arquivo e na Biblioteca do Seminário, é possível reconstruir um quadro da formação teológica e filosófica ministrada pelo instituto, evidenciando-se a influência exercida pela cultura católica francesa sobre o Seminário. Na Biblioteca, existem também tratados de autores brasileiros católicos da época, como os já citados *Compendio de Philosophia segundo os princípios e methodo do Doutor Angelico S. Thomaz d'Aquino* (1867) e as *Lições de Philosophia Elementar* (1871) de J. Soriano de Souza. Particular destaque merece o *Compêndio de Philosophia Catholica Racional* (1864) de frei Firmino de Centelhas, capuchino francês professor de Filosofia e Teologia Moral no Seminário, livro esse destinado para uso escolar.

Os manuais de Filosofia da época encontrados na biblioteca compreendem uma secção de "Psychologia" geralmente inspirada na doutrina tomista e, em muitos casos, com influência do espiritualismo francês. Nesta abordagem, a Psicologia, juntamente com a Lógica, é considerada propedêutica ao estudo da Metafísica. Em muitos casos, ela é estruturada em Psicologia Racional (cujo objeto de estudo é a natureza da alma humana e de suas propriedades essenciais) e Psicologia Empírica, ou Experimental (que compreende o conhecimento das faculdades e dos fenômenos psíquicos). As

abordagens metodológicas também são diferentes: a Psicologia Racional utiliza o método lógico-dedutivo, enquanto a Psicologia Experimental se baseia na "observação interna". Há nos textos uma preocupação constante de assumirem de maneira crítica, as doutrinas dos pensadores modernos, enfocando também alguns temas típicos da "Psicologia Moderna", como sono e vigília, sonambulismo, loucura, percepção.

A Psicologia científica, recém-nascida, é colocada em continuidade à tradição mais antiga da Psicologia Filosófica, como fica evidente nas palavras de Firmino de Centelhas: "A psychologia, esta primeira parte de philosophia que dá-se como uma criação recente, nascida do methodo de observação, existe de ha muito tempo e os antigos a conhecerão ao menos no que tem de mais importante" (1864, p. 18). O estudo da psiquê humana é desenvolvido no contexto mais amplo da Antropologia, ou seja, do conhecimento do homem na sua realidade complexa de corpo e alma. A finalidade da Psicologia é puramente especulativa e os autores frisam sua utilidade para o conhecimento das faculdades intelectuais empregadas na indagação metafísica ou teológica.

Todavia, no âmbito da cultura dos Seminários, existe outra abordagem dos assuntos psicológicos, que se evidencia nos tratados de Teologia Moral e nos Manuais para os Confessores. Entre esses, destacam-se as Prelecções de Moral (1863), o Manual dos Confessores (1862) de Pe. Gaume, a Theologia Morallis Unversa (1867) de P. Scavini, o Tractado e dos Peccados e dos Actos Humanos (1851) de Xavier de Souza e , sobretudo a Theologia Morallis (1847) de Afonso M. de Liguori. Nessa literatura, o comportamento humano é enfocado numa perspectiva prática e terapêutica, visando sua modificação e controle: o "moralista" é considerado o "médico da alma, assim como o cirurgião é o médico do corpo" (Ferreira Soares, 1863, p. 311). Os tópicos específicos estudados são: as enfermidades da alma em suas relações com o corpo; as características da ação voluntária e a experiência fenomenológica da liberdade, ou ainda, a influência das paixões sobre a conduta.

"Psychologia" ensinada nos Colégios

A partir de 1850, foram abertos, em São Paulo, muitos Colégios de instrução secundária, bem como um curso preparatório para o ingresso na Academia Jurídica.

Os vários programas de ensino propostos nestas instituições e atualmente disponíveis no Arquivo do Estado de São Paulo evidenciam que, na quase totalidade dessas escolas, ministrava-se o ensino da "Philosophia Racional e Moral". Informações a esse respeito encontram-se nos planos de estudo do Colégio Ypiranga (1856), do "Lyceu Paulistano" (1851), do Colégio "Culto à Sciencia" (1856), do "Atheneu Paulistano" (1856), do Curso Elementar de Bellas Letras (1855), do Colégio Piratininga (1860), do Colégio da Glória (1860), do

Colégio "Ilustração" (1860), do Colégio União (1855), do "Gymnasio Litterário" (1866) e do Prytaneu Litterário"(1863).

Em alguns desses documentos, são citados também os manuais usados como compêndios da matéria. Como exemplo, pode-se lembrar o *Curso de Philosophia Elementar* de E. Barbe, com várias edições em francês (1852 e 1859) e em português (1861 e 1871), ou o *Curso Elementar de Philosophia*, redigido segundo o Programa Oficial para o ensino nos Lyceus do Reino(1866) de A. Ribeiro Costa.

Os textos, inspirados no ecletismo espiritualista, compreendem uma ampla secção dedicada à "Psychologia". Esta, definida como ciência especulativa, é dividida em "analytica, ou experimental", e "sintética, ou racional". A primeira consiste na "simples exposição e classificação dos factos, que a observação da consciência nos fornece, independentemente da natureza da substância, na qual se verificam". A segunda, "elevando-se sobre o conhecimento dos factos estudados na psychologia analytica, estuda a natureza da substância espiritual humana, na qual esses factos ou phenomenos se verificam" (Ribeiro Costa, 1866,pp.9-10).

Sendo o objeto da Psicologia os fenômenos da consciência, o método é constituído pela observação interior. Esta se desenvolve, antes de mais nada, como exame atento dos fenômenos e, posteriormente, como análise dos caracteres gerais dos mesmos, concluindo-se com sua classificação. As dificuldades peculiares implícitas nesse método são evidenciadas pelos autores dos manuais, sobretudo no que concerne às influências exercidas pelo estado emocional sobre a introspecção e à dificuldade em recolher e distinguir os fenômenos espirituais, pela sua rapidez e simultaneidade no plano temporal.

Por vezes, os professores responsáveis pela cadeira de "Philosophia Racional e Moral" nos Colégios secundários de São Paulo, ocupavam cargos de docência também na Academia Jurídica. É o caso dos já citados Carlos Maria Galvão Bueno que lecionou na Faculdade de Direito a partir de 1867 e, em 1860, no Colégio da Glória, e de João Theodoro Xavier de Mattos que, sendo professor de Direito Natural, ensinara também Filosofia e Retórica no "Lyceu Paulistano"(1854) e no "Atheneu Paulistano"(1857). Além disso, Américo Ferreira d'Abreu, professor na Escola Normal em 1875, tinha ministrado, em época anterior, aulas de Filosofia no Colégio "Culto à Sciencia."

Conclusão

Estes dados permitem supor uma certa uniformidade dos conhecimentos psicológicos elaborados e difundido nas instituições escolares de São Paulo, no período considerado. Trata-se de uma "Psychologia" de natureza filosófica, cuja orientação doutrinária predominante parece ser a do ecletismo espiritualista, embora seja possível perceber nessa época a presença de outras

correntes filosóficas, como o Kantismo e o Krausismo. A tradição psicológica aristotélico-tomista permanece viva e empenhada num esforço de assimilação e crítica em relação ao "pensamento moderno", somente no Seminário Episcopal, já que as outras instituições religiosas importantes na Cidade, como os Colégios jesuítas e o dos franciscanos bem como o Mosteiro de São Bento, tinham, na época, um papel cultural menos relevante. Apesar do caráter filosófico desses conhecimentos, sua função não é puramente especulativa, sendo relacionados à prática do Direito, da Pedagogia e da direção espiritual.

Portanto, anteriormente ao advento do Positivismo, no âmbito da cultura paulista, a "Psychologia" ocupara um espaço próprio, embora não como disciplina autônoma e sim como aspecto peculiar de diferentes áreas de saber, assumindo, em cada uma delas, conotações e objetivos diferentes.

Referências bibliográficas

- AMARAL, C., *Prova de Pedagogia*, manuscrito, Arquivo do Estado de São Paulo, Secção manuscritos, Lata LTI, nº 5129, 1875.
- BARRETO, L.P., *Três Filosofias*, Rio de Janeiro: Typografia Laemmert, 1874, 1º volume, 1ª edição.
- BASTOS, A.C.T., Prefácio de "Exercícios de Composição" de José Tell Ferrão, *O Kaleidoscopio*, publicação semanal do Instituto Academico Paulistano, São Paulo; Typografia Imparcial, 1860, 1, 4-7.
- BAUAB, M.A.R., *Ensino Normal na Província de São Paulo (1846-1886), Subsídio para o estudo do Ensino Normal no Brasil Império*, Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Rio Preto, 1972, 2 volumes.
- BROTERO J.M.A., *Princípios de Direito Natural*, Rio de Janeiro: Typografia Imperial, 1829, 1ª edição.
- BUENO, C.M.G., *Noções de Philosophia accomodadas ao systema de Krause e extrahidas das obras philosophicas de G.Tinberghien e Ahrens*, São Paulo: Typografia Seckler, 1877, 1ª edição.
- CENTELHAS, Frei F., *Compêndio de Philosophia Catholica Racional*, São Paulo: Typografia Schroeder, 1864, 1ª edição.
- COSTA, A.R., *Curso Elementar de Philosophia*, redigido segundo o programa official para o ensino nos Lyceus do Reino, Porto; Typ. Teixeira, 1866, 2 volumes.
- DAMIRON, Ph., *Cours de Philosophie, Premiere Partie: Psychologie*, Paris: Hachette, 1837, 2ª edição, 2 volumes.

- DIRETOR DA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO, Relatório, São Paulo: Ty. Seckler, 1893.**
- FEIJÓ, D.A., Cadernos de Filosofia de 1818, Itú; editada em São Paulo, Grijalbo, 1967.**
- GAUME, J., Manual dos Confessores, Porto: Casa de Cruz Coutinho, 1862, tradução em língua portuguesa, 2ª edição.**
- GENOVESI, A., As Instituições de Metaphysica, Lisboa: Ty. Augusto, 1835, tradução em língua portuguesa de M. Cardoso, 3ª edição.**
- GENOVESI, A., Lições de Lógica, feitas para uso dos principiantes, Lisboa: Typ. Morando, 1850, tradução em língua portuguesa de José de Souza Farinha.**
- GERUZEZ, L., Curso de Philophia redigido conforme o programa para bacharelado, Rio de Janeiro: Liv. Brandão, 1854, tradução em língua portuguesa por Henrique Vellozo de Oliveira, 5ª edição.**
- GUANABARA, C.G.V., Direito Penal dos Menores, Revista Mensal do Ensaio Philosophico Paulistano, São Paulo, 1853, 1, 4-10.**
- ITAPARICA, Frei A.V.M., Compêndio de Philosophia Elementar, Bahia: Typ. Epiphanio Pedroza, 1852, 1ª edição.**
- LAROMIGUIERE, P., Leçons de Philosophie sur les principes de l'intelligence ou sur les causes et sur les origines des idées, Paris: Fournier, 1844, 2 volumes, 2ª edição.**
- LIGUORI, A.M., Theologia Moralis, Bassano: Remondini, 1847, 30 volumes.**
- MOACYR, P., A Instrução e o Império (Subsídio para a História da educação no Brasil), 1823-1853, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, 1ª edição.**
- MONT' ALVERNE, Frei F., Compêndio de Philosophia, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1859, 1ª edição.**
- MORAES E VALLE, M.M., Elementos de Philosophia, Compêndio apropriado à nova forma de exame da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Typ. do Diário, 1851, 1ª edição.**
- Programas de Estudos dos Colégios, Arquivo Estado de São Paulo, Secção Manuscritos, Latas nº 4857-5010-4860.**
- RAMALHO, B.; LESSA, P.; MONTEIRO, J. e PINTO DE SOUZA, J.U. Succinta exposição histórica das Leis e decretos que organizaram e têm reformado a Faculdade de Direito de São Paulo (Relatório para o Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores), Revista da Faculdade de Direito, São Paulo: Typ. Companhia Industrial, 1897, 5, 171-192.**

- REALE, M., Filosofia em São Paulo, São Paulo: Editora Universidade de São Paulo-Grijalbo, 1976, 2ª edição.**
- RODRIGUES, J.L., Livro jubilar da Escola Normal da Capital, São Paulo: Instituto Dona Ana Rosa, 1930, 1ª edição.**
- SANSEVERINI, C., Elementos Philosophiae Christianae cum Antiqua et Nova Comparatae, Napoli: Manfredi, 1862, 3 volumes, 1ª edição.**
- SCAVINI, P., Theologia Moralis Universalis, Mentem S. Alphonsi M de Liguori, Paris: s. e, 1867, 4 volumes, 2ª edição.**
- SOARES, B., Prova de Pedagogia, manuscrito, Arquivo do Estado de São Paulo, Lata ITI, nº5129,1876.**
- SOARES, s. F., Prelecções de Moral, Particular e Pública ou Pensamentos Philosophicos sobre o christianismo, moral e política, Rio de Janeiro: Laemmert, 1863.**
- SOUZA, J.S., Compêndio de Philosophia, ordenado segundo os Princípios e methodos do Dr. angelico S. Thomaz de Aquino, Recife; Typ. da Esperança, 1867, 1ª edição.**
- SOUZA, J. S., Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral, Recife; Liv. Academica, 1871, 1ª edição.**
- SOUZA, X., Tractado dos Peccados e dos Actos Humanos, Lisboa; Revista Cristã, 1851, 2 volumes.**
- TOBIAS, J.A., História da Educação Brasileira, São Paulo: Juscredi, 1972.**
- TRIGUEIRO, L., Programa de Pedagogia, manuscrito, Arquivo do Estado de São Paulo, Lata LTI, nº 5129,1876.**
- TSCHUDI, J.J., Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, 1ª edição: 1860; São Paulo, Editora Universidade de São Paulo-Itatiaia, 1980, Coleção Reconquista do Brasil.**
- VALLE, P., Programa de Pedagogia, manuscrito, Arquivo do Estado de São Paulo, Lata LTI, nº5129,1875.**

ABSTRACT

The object of this work is the Psychology elaborated and transmitted in education institutions in the city of São Paulo in the nineteenth century (until 1870). The documentary material, collected in the libraries of these institutions and evaluated as relevant for the purpose of the research was consulted, reproduced or transcribed, and then selected taking into account, among other things, their importance and diffusion at that time.

PALAVRAS-CHAVE

História da Psicologia no Brasil

Ensino da Psicologia no Brasil

Psicologia no Brasil no século XIX.